



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ

1

PROJETO DE LEI Nº 134/2025

EMENTA: Altera a Lei Municipal nº 3.170, de 05 de outubro de 2023, que institui o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVA:

Art. 1º O Artigo 8º da Lei Municipal nº 3.170, de 05 de outubro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º A representação da sociedade civil organizada será eleita e composta por 5 (cinco) representantes titulares e respectivos suplentes, provenientes de entidades legalmente constituídas há mais de um ano no Município, cujo estatuto contemple atuação na promoção e proteção dos direitos das mulheres.

§ 1º A eleição será realizada em Conferência Municipal dos Direitos da Mulher, ou reunião ampliada, conforme Regimento Interno.

§ 2º O Regimento Interno disporá sobre habilitação, critérios, requisitos e procedimentos eleitorais.

§ 3º Ficam excluídas da Lei as indicações nominalmente fixadas para ocupação de cadeiras, assegurada a continuidade dos mandatos vigentes até sua conclusão."

Art. 2º Fica revogado os incisos, I, II, III, IV, V e VI do Artigo 8º da Lei Municipal nº 3.170, de 05 de outubro de 2023.

Art. 3º Fica acrescentado o Artigo 8-A à Lei Municipal nº 3.170, de 05 de outubro de 2023, com a seguinte redação:

Art. 8-A. As alterações relativas à composição das cadeiras da sociedade civil e à exclusão da representação da Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores, promovidas por esta Lei, não prejudicarão os mandatos atualmente vigentes dos conselheiros, que permanecerão até seu término regular.

PARAGRAFO ÚNICO: Passando a Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores atuando como equipe de apoio, sendo sua participação apenas como convidada, com voz e sem direito a voto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, em 01 de Dezembro de 2025.

JOSÉ DORIVAL BANDEIRA
Prefeito Municipal em exercício.



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ

LEI N° 3170/2023

Institui o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, cria o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Mulher e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, RICARDO ANTONIO ORTINÃ, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER NO MUNICIPIO

Art. 1º A Política Municipal dos Direitos da Mulher no âmbito do Município de Santo Antônio do Sudoeste, tem por finalidade trabalhar dois eixos fundamentais:

I - a transversalidade, como princípio orientador das políticas públicas, traduzindo-se num pacto de responsabilidades compartilhadas que envolva todos os órgãos do governo municipal;

II - a intersetorialidade, como estratégia comum de gestão institucional, compreendendo o planejamento, a organização e a implementação de ações que possibilitem a comunicação entre as políticas sociais.

CAPITULO II

DA FINALIDADE E COMPETÊNCIA

Art. 2º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, órgão de caráter permanente, autônomo, paritário e de natureza consultivo, deliberativo, e fiscalizadora da Política Pública de Gênero em articulação com a Secretaria Municipal da Assistência Social, e tem por finalidade garantir à mulher o pleno exercício de sua cidadania, por meio de propostas, acompanhamento, fiscalização, promoção, aprovação e avaliação de políticas para as mulheres, em todas as esferas da Administração Pública Municipal, destinadas a garantir a igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, promovendo a integração e a participação da mulher no processo social, econômico e cultural.



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo único: formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social das políticas públicas que visem à igualdade de gênero.

Art. 3º - Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo e do Executivo municipal, compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:

I - prestar assessoria direta ao Executivo nas questões e matérias referentes aos Direitos da Mulher e promoção da igualdade entre os gêneros;

II – estimular o estudo e o debate das condições de vida das mulheres do Município, visando eliminar todas as formas de discriminação e violência contra a mulher;

III - propor ao Executivo municipal a celebração de convênios com organismos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, públicos ou privados, para a execução de programas relacionados às políticas públicas para as mulheres e aos direitos da mulher;

IV – propor projetos que incentivem a participação da mulher nos setores econômico, social e cultural, criando instrumentos que permitam a organização e a mobilização feminina, garantindo à mulher o pleno exercício de sua cidadania;

V - zelar pelo respeito, proteção e ampliação dos direitos da mulher como cidadã e trabalhadora;

VI – deliberar sobre a realização de pesquisas e estudos sobre as mulheres, construindo acervos e propondo políticas públicas para o empoderamento, com vistas à divulgação da situação da mulher nos diversos setores.

VII - fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação em vigor, relacionada aos direitos da mulher;

VIII - sugerir a adoção de medidas normativas para modificar ou derrogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminações contra as mulheres;

Art. 4º - Constituem, entre outros objetivos do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:

I - deliberar, propor a normatização e a fiscalização de políticas públicas da Mulher;

II - propor projetos e medidas que contribuem para a concretização da política formulada, definindo prioridades;



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ

III - estimular o desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre a produção das mulheres, construindo acervos e propondo políticas de inserção da mulher na cultura, para preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da mulher;

IV - fiscalizar o cumprimento da legislação em vigor relacionada aos direitos assegurados da mulher;

V - sugerir a adoção de providência legislativa que vise a eliminar a discriminação de gênero, encaminhando-a ao poder público competente;

VI - sugerir a adoção de medidas normativas para modificar ou derrogar Leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminações contra as mulheres;

VII - sugerir a adoção de providência Legislativa que vise a eliminar a discriminação de sexo, encaminhando-a ao poder público competente;

VIII - manter canais permanentes de diálogo e de articulação com o movimento de mulheres em suas várias expressões, apoiando as suas atividades sem interferir em seu conteúdo e orientação própria;

IX - receber, examinar e encaminhar denúncias que envolvam fatos e episódios discriminatórios contra a mulher, encaminhando-as aos órgãos competentes para as providências cabíveis, além de acompanhar os procedimentos pertinentes;

X - Propor acompanhamento e assistência jurídica, psicológica e social às mulheres vítimas de violência, de qualquer faixa etária.

Art. 5º - São atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do Município de Santo Antônio do Sudoeste:

I - promover uma política global, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural;

II - desenvolver ação integrada e articulada com o conjunto de Secretarias Municipais e demais órgãos públicos para a implementação de políticas públicas comprometidas com a superação dos preconceitos e desigualdades de gênero;



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ

III - prestar, quando solicitado, assessoria ao Poder Executivo Municipal, emitindo pareceres, acompanhando a elaboração e a execução de programas de governo no âmbito do Município, bem como opinar sobre as questões referentes à cidadania da mulher;

IV - estimular, apoiar e desenvolver o estudo e o debate das condições em que vivem as mulheres na cidade e no campo, propondo políticas públicas para eliminar todas as formas identificáveis de discriminação;

V - promover intercâmbios ou outras formas de parcerias com os poderes Municipais, Estaduais e Federais, públicos ou particulares, visando a obtenção de recursos, equipamentos e pessoal, objetivando o melhor atendimento de suas finalidades;

VI - Estabelecer critérios e adotar medidas para o emprego de recursos destinados ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que visem implementar a realização de programas de interesse da mulher;

VII - propor o desenvolvimento de programas e projetos de capacitação em gênero no âmbito da Administração Pública;

VIII - participar da organização da Conferência Municipal de Políticas para Mulheres;

IX - organizar as Conferências Municipais de Políticas para mulheres;

X - receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes, denúncias relativas à discriminação da mulher, solicitando providências efetivas;

XI - manifestar-se quanto as restrições impostas à mulher, repudiando discriminações de qualquer natureza que venha a atingi-la;

XII- emitir pareceres, assim como prestar informações sobre quaisquer assuntos que sejam do interesse da mulher;

XIII- Cria comissões técnicas de Trabalho para operacionalização de suas ações;

XIV - Propor e aprovar seu regimento interno.

Art. 6º - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será composto por 10 (dez) membros e respectivos suplentes, dos quais 50% (cinquenta por cento) serão representantes do Poder Público e 50% (cinquenta por cento) serão representantes da sociedade civil organizada.

Art. 7º - A representação do Poder Público será composta da seguinte forma:



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ

- I- um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- II - um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Saúde;
- III - um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Administração;
- IV – um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- V – um representante titulares e um suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- VI – um representante da Secretaria de Expansão Econômica.

Parágrafo único. Os membros constantes nos Incisos I a VI, serão indicados e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º - A representação da sociedade civil organizada será eleita e composta por 5 (cinco) representantes titulares e respectivos suplentes das entidades da sociedade civil organizada, legalmente constituídas e em funcionamento há mais de um ano no âmbito do Município de Santo Antônio do Sudoeste, obrigatoriamente ligadas à promoção e à proteção dos direitos das Mulheres.

- I – um representante titular e um suplente das Cooperativas do Município;
- II - um representante titular e um suplente do LIONS e LÉO Clube de Santo Antônio do Sudoeste;
- III - um representante titular e um suplente do ROTARY e da ASR de Santo Antônio do Sudoeste;
- IV - um representante titular e um suplente da Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores do Município;
- V – um representante do Núcleo da Mulher Empresária;
- VI - um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

§ 1º A eleição dos membros representantes da Sociedade Civil do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será realizada nas Conferências Municipais da Mulher, realizada a cada dois anos, após a composição do primeiro colegiado do referido conselho.



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDESTE

ESTADO DO PARANÁ

§ 2º O Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher disporá sobre as normas para habilitação e realização das eleições dos membros oriundos da sociedade civil organizada.

§ 3º A eleição dos primeiros representantes da Sociedade Civil a compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será realizada em reunião ampliada a ser promovida pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 9º - Perderá o mandato o conselheiro que:

I - desvincular-se do órgão ou entidade de origem da sua representação;

II - faltar a três reuniões consecutivas ou a cinco intercaladas sem justificativa, que deverá ser apresentada na forma prevista no regimento interno do Conselho;

III - apresentar renúncia ao Conselho, que será lida na sessão seguinte a de sua recepção pela Secretaria;

IV - apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

V - for condenada por sentença irrecorrível em razão do cometimento de crime ou contravenção penal.

Art. 10º - O colegiado constituídos por esta Lei serão presididos por:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Secretário.

§ 1º Os membros referidos nos incisos I, II e III do parágrafo anterior serão eleitos entre os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

§ 2º O mandato dos membros eleitos para a Mesa Diretora será de dois anos, permitida a reeleição.

§ 3º O exercício da função de conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço de relevância pública.

Art. 11º - As Sessões do Conselho serão públicas, salvo disposições em contrário e serão precedidos de divulgação.



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ

Art. 12º - O CMDM reunir-se-á ordinariamente mensalmente e, extraordinariamente, por convocação a Presidência ou a requerimento da maioria simples das conselheiras e conselheiros.

§ 1º As vereadoras serão convidadas a participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, com direito a voz.

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher poderá convidar para participar de suas sessões, com direito a voz, sem direito a voto, representantes de entidades ou órgãos públicos ou privados, cuja participação seja considerada importante diante da pauta da sessão e pessoas que, por seus conhecimentos e experiências profissionais, possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

§ 3º As deliberações do CMDM serão tomadas por maioria simples, presente a maioria absoluta das conselheiras e conselheiros.

Art. 13º - A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará apoio técnico e administrativo à consecução das finalidades do CMDM, quando solicitado.

CAPITULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO FUNDO

Art. 14º - Fica instituído o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher do Município de Santo Antônio do Sudoeste, vinculado ao Poder Executivo, instrumento de natureza contábil, com a finalidade de destinar recursos para a gestão da respectiva política, que tem por objetivo fomentar a captação e aplicação de recursos destinados a proporcionar suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de programas e ações relacionadas à efetivação e promoção dos direitos das mulheres no Município de Santo Antônio do Sudoeste.

Parágrafo único: O referido fundo será orientado e fiscalizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, e terá como gestor o Poder Executivo Municipal.

Seção I

Dos Recursos do Fundo



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ

Art. 15º - Constituem recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher:

I - dotação específica consignada anualmente no orçamento municipal;

II - os créditos suplementares, especiais e extraordinários que lhe forem destinados;

III - doações de pessoas físicas e jurídicas, de organismos governamentais e não governamentais nacionais ou estrangeiras, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

IV - os saldos de aplicações financeiras dos recursos alocados no Fundo;

V - o superávit financeiro apurado ao final de cada exercício;

VI - recursos oriundos de convênios firmados com órgãos e entidades de direito público e privado, nacionais ou estrangeiras;

VII - doações, auxílios e contribuições que lhe venham a ser destinados;

VIII - outros recursos que lhe forem destinados.

Parágrafo único. Os recursos financeiros destinados ao referido fundo, serão depositados, obrigatoriamente, em conta especial de titularidade do Fundo, mantida em estabelecimento bancário oficial e movimentada pelo Executivo Municipal.

Seção II

Da Aplicação dos Recursos do Fundo dos Direitos da Mulher

Art. 16º - Os recursos do referido fundo serão aplicados em:

I – na divulgação de programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

II - no apoio e promoção de eventos educacionais e de natureza socioeconômica relacionados aos direitos das mulheres;

III - em programas e projetos de qualificação profissional destinados à inserção ou reinserção das mulheres no mercado de trabalho;



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDESTE

ESTADO DO PARANÁ

IV - em programas e projetos destinados ao combate à violência contra as mulheres e meninas;

V - na capacitação de recursos humanos dos serviços especializados ou voltados ao atendimento das mulheres, considerando as especificidades deste público e as desigualdades socialmente construídas;

VI – no desenvolvimento de pesquisas, estudos e relatórios situacionais para definição de indicadores e dados sobre as municípios, além de monitoramento e avaliação de programas e serviços de atendimento às mulheres no Município de Santo Antônio do Sudoeste;

VII - em outros programas e atividades de interesse das mulheres, inclusive emergenciais, desde que estejam de acordo com o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres.

Parágrafo único. Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher serão aplicados exclusivamente em programas e atividades vinculadas à política pública para as mulheres, mediante prévia aprovação de plano de aplicação de recursos.

Seção III

Da Administração do Fundo dos Direitos da Mulher

Art. 17º - O referido fundo será administrado pelo Executivo Municipal, cabendo ao seu gestor as seguintes competências:

I - exercer a função de ordenador de despesa;

II - praticar todos os atos administrativos necessários à execução dos recursos do Fundo, relacionados com os sistemas de planejamento, financeiro ou administração geral;

III - autorizar a instauração e homologação de licitação, dispensa, ou demais procedimentos correlatos, nos termos da legislação aplicável à matéria;

IV - assinar contratos, convênios e outros instrumentos congêneres de natureza jurídica;

V - autorizar a emissão de notas de empenho e ordens de pagamento;

VI – encaminhar ao Conselho relatório de execução das atividades, semestralmente;



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ

VII - submeter à apreciação e aprovação do Conselho, o relatório de gestão anual e a prestação de contas anual;

VIII - encaminhar a prestação de contas anual do fundo aos órgãos competentes, nos prazos e na forma da legislação pertinente;

IX – exercer outras atividades relacionadas à administração do fundo.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18º - As movimentações dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher somente poderão ser autorizados pelo Poder Executivo conforme plano de Aplicação.

Art. 19º - O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei por decreto no que for necessário no prazo de até noventa dias a contar de sua publicação.

Art. 20º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada na íntegra a Lei Municipal nº 2.983 de 16 de março de 2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, EM 05 DE OUTUBRO DE 2.023.

PUBLIQUE-SE:

RICARDO ANTONIO ORTINÁ

Prefeito Municipal